



3º Simpósio Avaliação da Educação Superior
05 e 06 de setembro de 2017
Florianópolis – SC – Brasil
ISBN: 978-85-68618-04-2



AVALIAÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA NA UFSC EM PARCERIA COM AS SUAS FUNDAÇÕES DE APOIO

CARLA CERDOTE DA SILVA

Universidade Federal de Santa Catarina
carlacerdote@gmail.com

LILIAN WRZESINSKI SIMON

Universidade Federal da Fronteira Sul
lilian.ufs@gmail.com

ALEXANDRE MARINO COSTA

Universidade Federal de Santa Catarina
alexandre.marino@ufsc.br

ALEXANDRE MORAES RAMOS

Universidade Federal de Santa Catarina
amrrms@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar os projetos de pesquisa cujos recursos são gerenciados pelas Fundações de Apoio (FAs) credenciadas da UFSC durante o período de 2010 a 2014 demonstrando as áreas de produção de conhecimento desenvolvidas na instituição que contaram com o financiamento de órgãos públicos e privados. Nesta ótica, buscou-se apresentar um panorama da evolução, abrangência e multidisciplinaridade que envolve estes projetos, tomando como base para avaliação algumas das premissas estabelecidas pelo SINAES. A metodologia adotada foi a pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa com o uso de fontes bibliográficas e documentais. As informações obtidas nos sites eletrônicos das FAs, demonstram que a pesquisa na UFSC encontra-se em um estágio evolucionista, apresentando um crescimento contínuo com o passar dos anos, e destacando os seus principais financiadores. A importância da multidisciplinaridade é ressaltada evidenciando o comprometimento público em áreas como a saúde, infraestrutura pública e indústria, o que reflete uma preocupação com o desenvolvimento social e econômico do país. Pode-se concluir ainda que os resultados desta pesquisa contribuem para a definição de ações da gestão universitária, conforme as dimensões inerentes ao SINAES.

Palavras chave: Projetos de pesquisa, Gestão universitária, Fundações de apoio.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa científica é entendida como uma atividade prática, orientada, na busca de resultados socialmente significativos, sendo inseparável da tecnologia. É vista também como uma atividade cultural que visa a geração de novos conhecimentos em todas as áreas (JANKEVICIUS, 1995).

No contexto internacional, a pesquisa desenvolveu-se durante o Século XIX, graças aos investimentos governamentais realizados nos Estados Unidos (EUA) e a participação efetiva do setor privado, que a financiou junto às universidades de pesquisa norte-americanas (hoje consideradas as melhores do mundo) após a decadência dos investimentos públicos no século seguinte (KERR, 2005; SCHWARTZMAN, 2008).

Em países como o Brasil, considerado uma economia emergente, a pesquisa universitária chegou tardiamente, obtendo progressos apenas a partir da segunda metade do século XX. A dependência dos interesses governamentais aliada à falta de recursos restringiu o desenvolvimento das universidades brasileiras por um longo período, retardando as transformações em seu interior e obrigando-as a uma reação de adaptação às mudanças sociais, econômicas e políticas impostas pelo mercado globalizado, num cenário em que devem agir como impulsionadoras das ações inovadoras, fazendo frente às necessidades da sociedade (GUSSO, 2008; SCHWARTZMAN, 2008).

Essa mesma tendência marca presença na América Latina, onde a pesquisa é predominantemente acadêmica e ocorre no interior das universidades. Neste contexto, o financiamento de ações e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) depende principalmente de ações governamentais (SCHWARTZMAN, 2008).

Apesar da criação de vários institutos de pesquisa independentes, no Brasil, a universidade pública ainda é onde se concentra a maior frente de realização da pesquisa (GUSSO 2008; AZEVEDO, 2016). Para suplantar suas limitações, as universidades buscam aumentar suas fontes de financiamentos alternativos, por meio de contratos de transferência de tecnologia e serviços de consultoria, em linhas de pesquisa que favorecem áreas com maior poder econômico, em detrimento de outras com menor capacidade de articulação (VEGA, 2009).

As parcerias das universidades com os institutos de pesquisa e com a iniciativa privada ocorre por intermédio das Fundações de Apoio (FAs) (AZEVEDO, 2016). Essas instituições, de natureza privada e sem fins lucrativos, atuam de forma independente no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) gerenciando projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à sua execução (SILVA *et al*, 2016).

A análise dos projetos de ensino, pesquisa e extensão apoiados pelas FAs no interior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2015, realizada por Silva *et al* (2016), constatou a implementação anual de 70 projetos que movimentam em média R\$ 106.000.000,00 distribuídos em seus 11 Centros de Ensino e contemplando áreas do conhecimento diversificadas, sendo que o Centro Tecnológico (CTC) e o Centro de Ciências da Saúde (CCS) são os que mais se destacam nessa movimentação.

A compreensão da abrangência dos projetos de pesquisa desenvolvidos na UFSC perpassa pelo aprofundamento dessa investigação, buscando tecer um panorama da pesquisa realizada na instituição e suas contribuições para o desenvolvimento científico, social e tecnológico.

Nesta perspectiva, também foram consideradas as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que apresenta as políticas de pesquisa como uma das dimensões necessárias na avaliação institucional, por meio de suas atividades, cursos,

programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais e respectivas formas de operacionalização, de acordo com a Lei nº 10.861/2004, que instituiu esse sistema avaliativo.

Frente ao exposto, este artigo faz uma avaliação da abrangência dos projetos de pesquisa apoiados pelas FAs no interior da UFSC durante o período de 2010 a 2014, demonstrando as áreas de produção de conhecimento desenvolvidas na instituição que contaram com o financiamento extra orçamentários. Esta abordagem destaca aspectos relacionados ao desenvolvimento da ciência na pesquisa universitária e visa identificar a pesquisa realizada na instituição, as políticas adotadas e as respectivas formas de operacionalização dos projetos, considerando os preceitos avaliativos do SINAES.

2. O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA NA PESQUISA UNIVERSITÁRIA

A concepção de universidade difere das demais IES por se caracterizar como espaço fecundo para a produção de conhecimento e disseminação da cultura. Esta prerrogativa expressa no arcabouço legal que norteia a educação superior, remonta ao surgimento da universidade no Brasil. Entretanto, por muito tempo, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão universitárias não encontraram espaço para evoluir na prática diante da falta de autonomia relegada a estas instituições (GUSSO, 2008). Isso fez com que as universidades que deveriam agir proativamente no desenvolvimento da pesquisa adotassem uma ação reativa frente às transformações exteriores.

A pesquisa é uma das principais formas de produção de conhecimento científico no contexto acadêmico, possibilitando o desenvolvimento de novas fórmulas e soluções para a sociedade. O conhecimento científico produzido na universidade é matéria prima para a consecução das mudanças que a sociedade precisa para se auto sustentar e crescer, sendo uma das bases que identifica a universidade e a diferencia das demais IES como um instrumento de busca da valorização da educação, ciência e tecnologia (BRASIL, 1996; GUSSO, 2008).

A reforma universitária de 1968 alterou o perfil da universidade brasileira, criando um novo modelo, caracterizado pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Foi assim que surgiram as universidades públicas de pesquisa, distribuídas em diferentes regiões do país, especialmente em grandes cidades e capitais. Essa nova configuração possibilitou a ampliação do número de vagas para estudantes e pesquisadores (GUSSO, 2008).

Os avanços na área de pesquisa universitária no Brasil tiveram um sobressalto na década de 70, especialmente durante o período de vigência do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) quando a pesquisa e a pós-graduação ganharam impulso com mestrados e doutorados no estilo norte-americano. Essas ações transformaram o perfil da universidade pública brasileira, de instituições profissionalizantes para instituições de pesquisa, mas admitiram um ritmo mais lento a partir de 1980 com a redução de investimentos, causada pelas sucessivas crises que assolaram a economia e afetaram o orçamento das universidades públicas, levando-as a buscarem parcerias externas (SCHWARTZMAN, 2008).

Nas últimas décadas, a globalização do conhecimento e o desenvolvimento tecnológico tiveram como consequência um salto qualitativo para a ciência do terceiro mundo, imposta por centros de pesquisa desenvolvidos, modificando a relação entre universidade e sociedade e com o Estado (VEGA, 2009). Contudo, as dificuldades em competir com os grandes institutos de pesquisa internacionais financiados com vultuosos montantes financeiros oriundos da iniciativa privada ainda são latentes nos países que se encontram em fase de desenvolvimento como o Brasil (SCHWARTZMAN, 2008).

A captação de recursos de fundos internacionais exerce um impacto ainda maior nesses países, mas não consegue competir com as nações supra desenvolvidas, como os EUA, por exemplo. A concessão de incentivos fiscais para as empresas é uma alternativa usada pelos governantes para instigá-las a investir em pesquisa (GUIMARÃES, 2008). Contudo, nessas nações ainda são as universidades públicas que detêm a maior participação nesse processo.

Da mesma forma, as universidades públicas brasileiras são as instituições que detêm a maior parcela de responsabilidade no desenvolvimento da pesquisa no Brasil, dedicando-se especialmente à pesquisa pura, aquela que serve de base de conhecimento e inovação para aplicação prática posterior, atendendo à fins específicos. O fato de poderem contar com a parceria das FAs abre-lhes a possibilidade de ampliar o lócus de captação de recursos em esferas não estatais ou públicas, uma vez que os investimentos em pesquisa ainda são limitados.

Na visão de Schwartzman (2008) essa relação é uma alternativa para enfrentar os rigores burocráticos que impedem essas instituições de vender serviços, gerar recursos próprios e desenvolver de forma independente projetos de P&D com o aporte de recursos da esfera privada.

As parcerias das universidades com o setor produtivo permitem um alinhamento da pesquisa científica com as áreas de sustentação da economia e da sociedade, trazendo soluções que o mercado por si não teria condições de desenvolver e que na universidade é barrada pela falta de estrutura. Estas parcerias crescem também pelo fato de que as universidades “são as responsáveis pela formação de recursos humanos para a pesquisa e para o trabalho, resultando na criação de conhecimentos inovadores basilares do desenvolvimento do sistema tecnológico e inovativo das empresas” (AZEVEDO, CÁRIO E MELO, 2014, p. 11).

A celebração de parcerias com as FAs é fundamental para o financiamento e desenvolvimento da pesquisa e da inovação nas universidades, por contribuírem para um estreitamento entre o meio acadêmico e o setor produtivo, superando as limitações impostas pelos regimes normativos e pela competitividade do mercado, que exigem mudanças rápidas, inovativas e transformadoras, mas não oferecem as condições para que elas ocorram de maneira isolada nestes ambientes (AZEVEDO, CÁRIO E MELO, 2014).

2.1 A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA NA ÓTICA DO SINAES

As políticas desenvolvimentistas adotadas no Brasil durante a década de 70 protagonizaram o desenvolvimento da pesquisa, sendo também precursoras da avaliação institucional, oficializada nos anos 80 e fortalecida a partir de 1990, acompanhando as transformações das políticas públicas estruturais da educação superior (GOUVEIA *et al*, 2005).

A década de 90 marcou a acentuação das parcerias com as FAs no contexto universitário, devido especialmente à racionalidade financeira enfrentada pelas IES públicas. Nesse mesmo período houve a expansão do ensino superior privado como alternativa de enfrentamento à crise financeira e educacional, o que tornou ainda mais latente a necessidade de avaliação do ensino superior ofertado pelas IES (DIAS SOBRINHO, 2010).

A prática da avaliação foi reforçada pela função de regulação e controle predominante sobre a formação e emancipação institucional, considerada uma atividade essencial para o aperfeiçoamento acadêmico, a melhoria da gestão universitária e a prestação de contas de seu desempenho para a sociedade.

A implantação do SINAES foi ao encontro dos desafios que se apresentavam na educação superior, procurando superar as deficiências observadas nos métodos avaliativos anteriores, com a adoção de novas métricas para o processo de avaliação (DIAS SOBRINHO, 2010).

Esse sistema avaliativo foi criado com a finalidade de analisar os resultados das políticas adotadas pelas instituições, bem como avaliar os cursos e o desempenho dos estudantes. A avaliação realizada pelo SINAES considera aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, reunindo informações acerca do desempenho dos estudantes, das avaliações institucionais e da avaliação dos cursos para embasar as políticas públicas quanto às condições de cursos e instituições segundo os parâmetros legais (SINAES, 2004).

A avaliação institucional possui um importante papel nas políticas de Educação superior no Brasil como forma de constatação do crescimento da educação tanto em termos absolutos como relativos, trazendo ao Estado a indispensabilidade da informação e da prestação de contas da qualidade e da amplitude dos serviços que as IES prestam à sociedade. Nesta perspectiva, a segunda dimensão avaliativa do SINAES refere-se às “políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão e suas respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades” (BRASIL, 2004, s.p.).

No tocante a pesquisa, a avaliação do SINAES contempla dois núcleos: o núcleo básico e comum, onde faz uma abordagem sobre a relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, os vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional e as políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores; e, o núcleo de temas optativos, voltado para as IES que desenvolvem a pesquisa acadêmica, onde questiona-se dentre outros, se a sua produção científica é coerente com a sua missão e com os investimentos e políticas propostas para o seu desenvolvimento, as necessidades sociais e as exigências da ciência e se os projetos recebem apoio de agências de fomento (SINAES, 2004).

No mesmo diapasão, a comunicação desponta como um meio de apresentação dos resultados das ações de pesquisa da universidade para a sociedade, contribuindo na gestão do processo avaliativo, ressaltando os seus compromissos e benefícios, demonstrando o valor da instituição, a importância da universidade ao público externo, o seu real papel social e a obrigação de reafirmar a sua missão de IES pública e responsável pelo desenvolvimento da sociedade onde se insere (VIEIRA; FREITAS, 2010).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento desta análise visa demonstrar as contribuições da pesquisa universitária para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e inovação, e a participação da UFSC neste contexto em parceria com as quatro FAs credenciadas, que atuam em seu interior, demonstrando o panorama da pesquisa desenvolvida a partir dos dados disponibilizados nos sítios eletrônicos destas fundações.

A classificação da pesquisa segue os pressupostos de Vergara (2013), sendo, quanto aos fins, descritiva, e quanto aos meios, bibliográfica e documental (GIL, 2002; LAKATOS E MARCONI, 2003), pois busca em seu detalhamento descrever as características dos projetos de pesquisa desenvolvidos pela UFSC em parceria com as FAs participantes desta análise, que são: a Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB), Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

(FAPEU) e a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE).

Essas entidades são responsáveis pela movimentação de projetos de pesquisa e extensão da UFSC através de recursos extra orçamentários, configurando-se como parceiras importantes no desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição.

As fontes de pesquisa e o caminho percorrido para a consulta dos projetos nos sites eletrônicos e a coleta das informações referentes aos projetos apoiados apresentam-se ilustrados no quadro 1:

Quadro 1 - Fontes de pesquisa e locais da coleta de informações.

FUNDAÇÃO	SITE ELETRÔNICO	MENU	INFORMAÇÕES
FEPESE	http://novosite.fepese.org.br/	Projetos	Projeto (no) – Contrato (no) – Nome do Projeto – Abertura – Encerramento e status
FEESC	http://www.feesc.org.br/site/	Transparência – Projetos Execução em	Convênio/contrato – Título – Assinatura – Início-Fim – no do processo na UFSC e Status
FUNJAB	http://funjab.ufsc.br/wp/	Projetos	Contrato (no) – Título– Abertura – Encerramento e status
FAPEU	http://www.fapeu.com.br/	Transparência - portal da transparência - Projetos	Projeto (no) - Título - Início - Fim - Órgão - Departamento - Instrumento - No. no SPA - Tipo

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O quadro 1 mostra os sites eletrônicos utilizados como fonte de pesquisa e o menu onde ocorreu a coleta das informações conforme se encontravam disponíveis no período da consulta, que ocorreu no período de 06 de outubro de 2016 a 25 de novembro de 2016. Portanto, as categorias de análise provêm dos próprios dados, tendo como escopo o detalhamento da área de conhecimento de cada projeto de pesquisa desenvolvido em parceria com as fundações

Os dados foram tabulados em planilhas formatadas de acordo com a especificidade de cada FA, visto que os caminhos apresentados para consulta são diferenciados e precisaram ser classificados de forma que permitam filtrar as informações comuns disponibilizadas, tornando possível a realização de uma avaliação fidedigna, sem comprometer o seu objetivo.

A forma de disponibilização das informações publicadas nos sites das FAs analisadas foi um fato limitador da pesquisa, visto que cada uma delas apresenta as informações referentes aos projetos de pesquisas apoiados, em um formato próprio, não havendo a definição de um padrão estabelecido para a publicidade de algumas informações.

A delimitação temporal da pesquisa compreende os projetos de pesquisa apoiados pelas quatro fundações que atuam na UFSC no período de 2010 até 2014, o que confere os elementos necessários para avaliar a abrangência da pesquisa desenvolvida na universidade e, conseqüentemente, as áreas que se destacam na produção de científica.

4. A PESQUISA REALIZADA NA UFSC EM PARCERIA COM AS FAS

A UFSC é uma instituição que se destaca na área de pesquisa e conta com a intermediação das parcerias firmadas com as FAs. A instituição possui 4 *campi* e 11 Centros de Ensino onde são realizadas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento

institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação. A pesquisa, juntamente com a extensão estão entre os principais objetos de parcerias com as quatro FAs que atuam no seu interior, demonstrado pelo volume de recursos movimentados (SILVA *et al*, 2016).

De acordo a RN nº 47/CUn/2014 da UFSC, a pesquisa é a principal forma para a produção de conhecimento e inovação na universidade, através da transversalidade e interdisciplinaridade, apresentando-se fundamental para a formação e qualificação de seu corpo docente, técnico administrativo e discente. A qualificação e ampliação da infraestrutura de pesquisa de interesse da universidade é, estabelecida por meio de convênios, contratos e instrumentos correlatos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que beneficiem a atividade de pesquisa (UFSC, 2014).

A pesquisa realizada na UFSC é supervisionada pela Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQ). A Pró-Reitoria de Pesquisa busca contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC nas áreas de pesquisa e inovação tecnológica por meio de políticas institucionais, do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades relacionados a essas áreas com divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade (UFSC, 2016).

As normas que regulamentam as relações entre a UFSC e as suas FAs constam na RN nº 13/CUn/2011. Essa resolução prevê a celebração de convênios e contratos com prazos determinados entre a UFSC e as FAs devidamente credenciadas, a fim de conceder apoio à ações de extensão, projetos de ensino, pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos e ações, desde que observados os ditames legais e as regras estabelecidas nesta normativa (BRASIL, 2011).

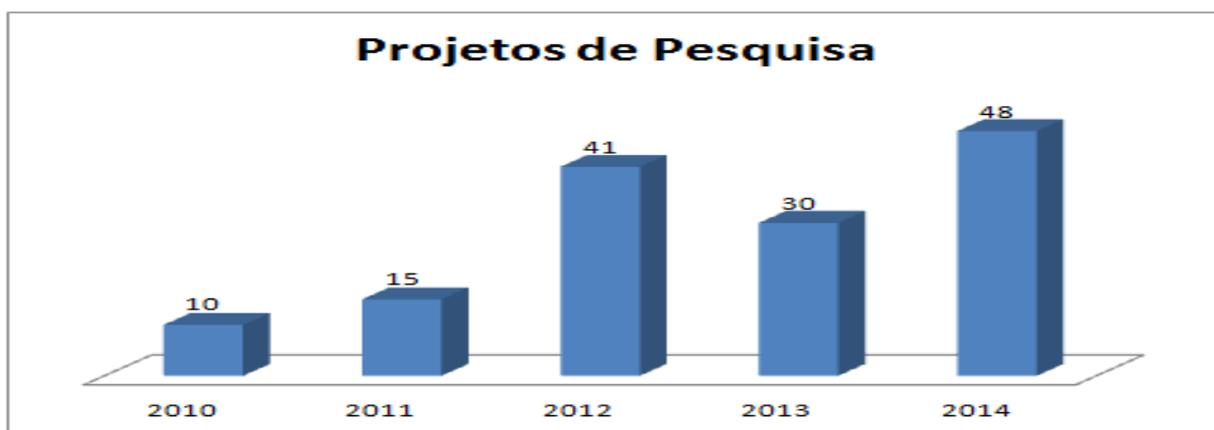
Nesta abordagem serão avaliados os projetos de pesquisa desenvolvidos com recursos financeiros oriundos de agências de fomento, organizações, fundações, empresas públicas e privadas, órgãos governamentais nacionais ou internacionais ou ainda provenientes de receitas obtidas com licenciamento de propriedade intelectual, utilizando como fonte de pesquisa, as informações disponibilizadas no sítio eletrônico das FAs que atuam na UFSC.

O projeto de pesquisa é uma proposta de investigação com prazo determinado, objetivos específicos e metodologias apropriadas que visa a obtenção de resultados, a geração de novos conhecimentos e a ampliação dos conhecimentos existentes (UFSC, 2014).

Após a tabulação dos dados obtidos a partir da base inicial de busca no site das FAs foi estabelecido um filtro, contemplando as informações consideradas importantes para a análise dos projetos de pesquisa evidenciados no período de 2010 a 2014, de acordo com o propósito desta abordagem. Este filtro inclui as fundações, o ano, o início e fim de cada contrato/convênio, o total de anos de desenvolvimento dos projetos, o objetivo, o departamento e o centro o valor e o órgão financiador.

No período analisado, foram disponibilizadas informações referentes a 144 projetos de pesquisas distribuídos durante 5 anos, apoiados entre as FAs com a UFSC, não estando contabilizados neste total, os projetos de pesquisa das demais IES em que as FAs atuam e nem os projetos de ensino e extensão, conforme evidenciado no gráfico 1:

Gráfico 1: Total de projetos de pesquisa 2010-2014.

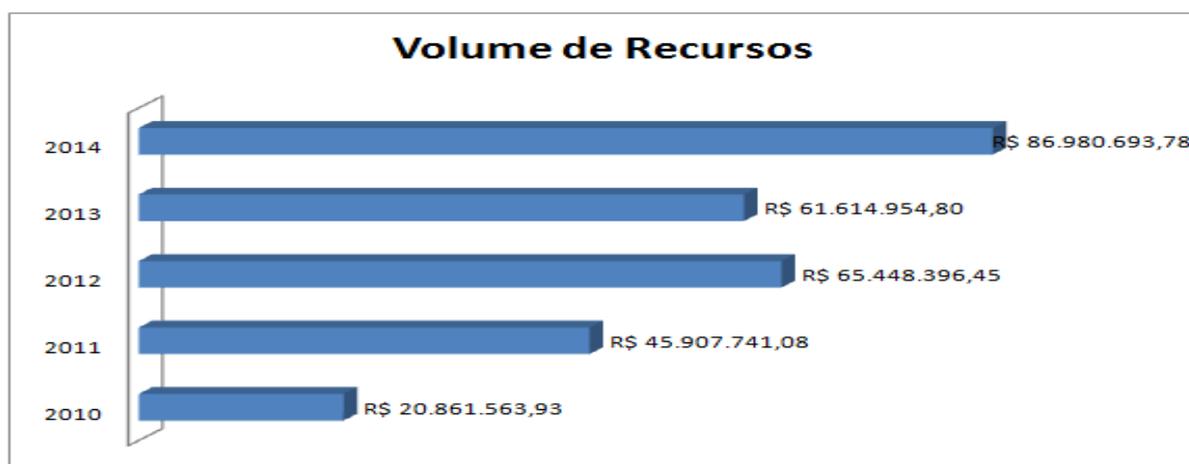


Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O Gráfico 1 apresenta em dados absolutos o volume de projetos apoiados no decorrer período, ilustrando a evolução do quantitativo da pesquisa desenvolvida na UFSC em parceria com as FAs. Considerando o total de projetos do ano de 2014 (48 projetos) em relação aos projetos de 2010 (10 projetos), foi calculada a variação proporcional relativa à evolução do volume de projetos apoiados nesse período, o que resultou em um crescimento de 380%, ou seja, através desse cálculo constatou-se que a UFSC vem expandindo o seu rol de pesquisa, com um crescimento quantitativo na produção e ampliação do conhecimento, gerado pela operacionalização de projetos científicos, que sugerem a ampliação da pesquisa de acordo com as políticas públicas de educação nacional.

O gráfico 2 demonstra a distribuição da quantidade de recursos gerenciados no período entre 2010 e 2014 em projetos de pesquisa, o que totalizou R\$ 280.813.350,04.

Gráfico 2: Total de Recursos em projetos de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Quanto ao volume de recursos, verifica-se uma variação proporcional positiva em relação à quantidade de projetos, excetuando o ano de 2013, que não seguiu essa tendência e apresentou uma redução de 26,83% em relação ao número de projetos (gráfico 1), o que em matéria de valores significou a redução de apenas de 5,85% (gráfico 2).

Ao avaliar o total de investimento em pesquisa no decorrer do período, observa-se que os recursos extra orçamentários são significativos, o que corrobora com a participação e interesse do cunho externo da pesquisa nas universidades e a sua abrangência no contexto orçamentário, visto que estes investimentos além de fomentar o orçamento e o crescimento da pesquisa, trazem benefícios institucionais através da retenção de taxas, de acordo com a RN nº 47/Cun/2014, bem como refletem no reforço da estrutura de apoio administrativo e técnico, com pagamento de bolsas para docentes, alunos e técnicos administrativos, contratação de demais serviços e expansão de laboratórios de pesquisa.

Atendendo as políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores estipuladas pelo SINAES, os projetos desenvolvidos na instituição abrangem a comunidade acadêmica como um todo, contribuindo para a ampliação do processo da formação do corpo docente, discente e técnico administrativo da UFSC, visto ser uma das atribuições definidas pelo art.10 da RN nº 47/CUn/14 a participação efetiva do corpo discente, docente e técnico da UFSC na desenvolvimento das pesquisas realizadas.

Os valores do gráfico 2 não foram disponibilizados na íntegra, porque uma das FAs não apresentou valores resguardados por sigilo contratual, o que não permitiu a demonstração global do montante de recursos movimentados.

No tocante ao financiamento dos projetos de pesquisa, as fontes foram bastante diversificadas, englobando áreas do contexto nacional, tanto públicas quanto privadas, conforme apresentado no quadro 2.

O Art. 3 da RN 47/CUn/14 relaciona a forma de financiamento dos projetos de pesquisa, classificando-os por tipo:

- I - Tipo I - projetos financiados por agências de fomento internacionais, federais, estaduais ou municipais;
- II - Tipo II - projetos financiados por entidades ou organizações públicas ou privadas;
- III - Tipo III - projetos financiados na forma de descentralização de recursos por entes governamentais, regulamentados por resolução específica, conforme determinado pela Lei no. 8.958, de 20 de dezembro de 1994;
- IV - Tipo IV - projetos sem financiamento ou com recursos próprios.

Considerando o número de órgãos públicos e de empresas privadas que financiaram projetos de pesquisa, foi efetuada uma subclassificação de acordo com a RN 47/CUn/14. O quadro 2 apresenta essa nova classificação, distribuída de acordo a natureza e o tipo de organização:

Quadro 2 - Subclassificação de investidores.

CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA	FINANCIADORES
Agência de Fomento Internacional	Pública	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – Pnud.
Agência de Fomento Federal	Pública	ANTAQ - Agência Nacional de Transporte Aquaviário; ANTT- Agência Nacional de Transportes Terrestres; FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; FINEP/FNDC - Financiadora de Estudos e Projetos; CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social; FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina.
Agência de Fomento Federal e Entidade ou Organização Privada	Público/Privada	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Whirlpool SA; Finep, AGM Consultores Associados LTDA; Finep, Brabo - Indústria e Comércio LTDA; Finep, Embraer S.A; Finep, MDT Indústria e Comércio de Implantes Ortopédicos LTDA e FINEP/ SISOLDA.
Descentralização de Recursos	Pública	CERTI - Fundação Centro de Referência de Tecnologia Inovadora e UFSC.
Entidades ou Organizações Públicas	Pública	FUNASA – Fundação Nacional de Saúde; FNS – Fundo Nacional da Saúde;; FES – Fundo Estadual da Saúde; MPOG – Ministério do Planejamento , desenvolvimento e Gestão; MMA – Ministério do Meio Ambiente; MIN – Ministério da Integração Nacional; ME – Ministério de Esportes; MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura; MS – Ministério da Saúde; MEC – Ministério da Educação; MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; MIN – Ministério da Integração; MT – Ministério dos Transportes; MJ – Ministério da Justiça; SEPM - Secretaria Especial De Política Para Mulheres.

Entidades ou Organizações Privadas	Privada	PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A.; EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.; WEG Equipamentos Elétricos; Guascor do Brasil Ltda; VTT Brasil - Pesquisa e Desenvolvimento Ltda; SPS - Sistemas e Processos de Soldagem; Intelbras S.A; Pamplona Frigorífico Riosulense; Malwee Malhas Ltda; Reason Tecnologia; Whirlpool S.A; Metalúrgica W3sat; Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção LTDA.
------------------------------------	---------	--

Fonte: Elaborado pelos Autores (2017).

A distribuição expressa no quadro 2 comprova a pluralidade de investidores em pesquisa, apontando uma diversidade de projetos que abrangem as mais variadas áreas de interesse, apresentando parcerias em todas as classificações disponíveis, que contemplam desde de Órgãos de Fomento Internacional até entidades e organizações privadas.

Esta distribuição fornece elementos que permitem uma avaliação com informações necessárias para a tomada de decisões de caráter político, pedagógico e administrativo, de melhoria institucional, auto regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas, que são requisitos necessários para IES nos seus processos avaliativos.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos investimentos destes financiadores, de acordo com a classificação adotada. Para uma melhor visualização é utilizada a natureza do investimento durante o período da análise, distribuídos em: público, público/privado e privado.

Tabela 1: Distribuição de Investimento por natureza/Ano.

Natureza/Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Privada		13.349.350,53	31.234.619,69	12.808.552,21	23.335.721,38
Pública	20.861.563,93	32.558.390,55	27.302.376,76	47.008.649,09	31.824.632,56
Público/privada			6.911.400,00	1.797.753,50	31.820.339,84
Total geral	20.861.563,93	45.907.741,08	65.448.396,45	61.614.954,80	86.980.693,78

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com base nos dados da tabela 1 constata-se que os investidores de natureza pública mantêm regularidade nos investimentos, pois em todos os anos houve aplicação recursos públicos na pesquisa, o que confirma os pressupostos da existência das FAs, com a desburocratização dos processos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Verifica-se também que os investimentos aumentaram com o passar dos anos, sendo que 2014 se destaca pelo volume de recursos e também pelo crescimento das parcerias público/privadas nos projetos, representando uma proporção de 37% destes investimentos.

Essa demonstração revela o caráter evolucionista adquirido pela pesquisa, condizente com uma mudança gradual no perfil institucional da UFSC, outrora dependente principalmente dos investimentos do orçamento geral da união.

Este demonstrativo faz parte do núcleo de temas optativos da pesquisa de acordo com o SINAES, considerando que responde à questão sobre o recebimento de apoio de agências de fomento para o desenvolvimento da pesquisa da instituição, comprovando que no ano de 2014 a UFSC recebeu o correspondente a R\$ 86.980.693,78 para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

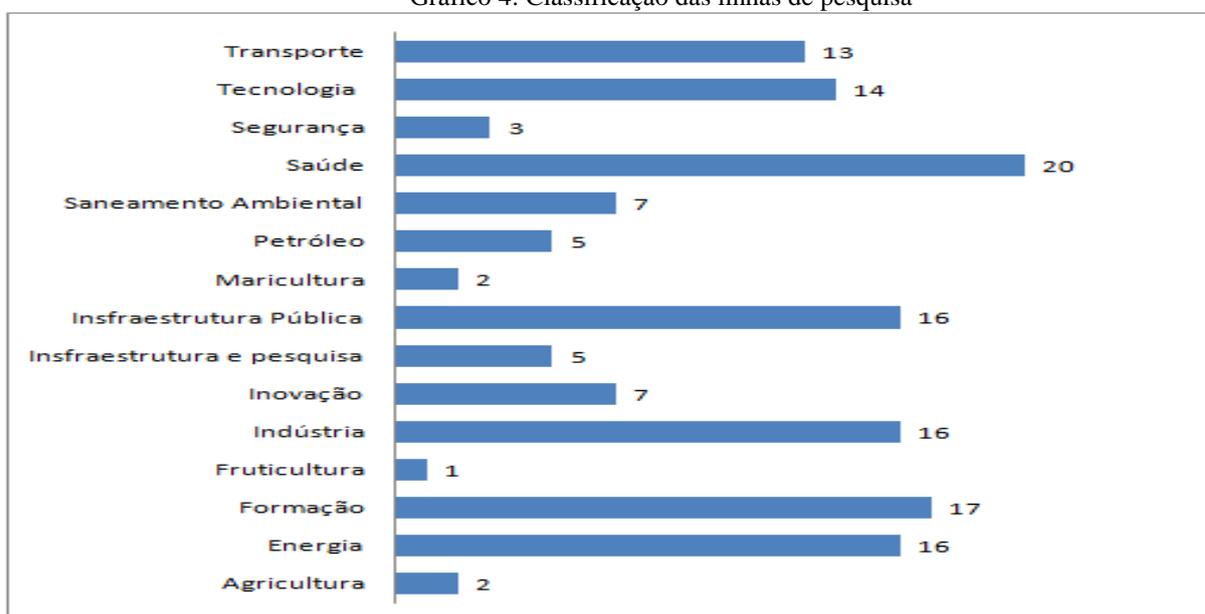
A diversificação por parte dos investidores em pesquisa, comprova que gradualmente a pesquisa tem conquistado espaço no mercado e junto à sociedade, construindo conhecimentos em diversas áreas, o que permite a criação de soluções tecnológicas e inovativas, a formação de profissionais especializados para atuarem no interior da instituição,

integrando um quadro de pesquisadores e trabalhadores que contribuem para a produção científica e tecnológica.

No que concerne às linhas de pesquisa desenvolvidas, de acordo com os objetivos, verificou-se um total de 117 durante o período supracitado, voltadas às mais variadas áreas de conhecimento.

Para possibilitar uma avaliação sobre a multidisciplinaridade da pesquisa, foi feita uma classificação, determinada de acordo o investidor e a área de pesquisa, o que resultou em uma subclassificação de 17 categorias. A subclassificação foi necessária para o fornecimento de uma base de dados com maior relevância sem dispersar-se do foco central. O gráfico 4 estabelece um panorama das áreas pesquisadas na instituição e a totalização de projetos desenvolvidos em cada área.

Gráfico 4: Classificação das linhas de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Ante o exposto, cabe salientar que esta subclassificação corresponde a pesquisas com um amplo grau de abrangência, de acordo com os objetivos avaliados. Como destaque é evidenciado o desenvolvimento de pesquisas nas áreas da saúde, seguida por formação, infraestrutura pública, indústria, energia, tecnologia, transporte, saneamento ambiental, inovação, petróleo, infraestrutura e pesquisa e após por segurança, maricultura, agricultura e fruticultura.

Considerando a abrangência da pesquisa apresentada, de acordo com as áreas de atuação, verifica-se que os projetos financiados e gerenciados através de parcerias com as FAs, visam atender a sociedade como um todo, financiando pesquisas pautadas em necessidades sociais concretas e voltadas para a formulação ou aperfeiçoamento de políticas públicas socialmente relevantes.

As pesquisas desenvolvidas, por um lado, envolvem a universidade, e, por outro, organismos do setor público (empresas estatais, ministérios, secretarias estaduais e municipais e prefeituras), do terceiro setor (cooperativas, fundações, organizações não governamentais) e da iniciativa privada.

Esta avaliação permitiu a identificação do cunho evolucionista, multidisciplinar e desenvolvimentista da UFSC, demonstrando o crescimento do quantitativo de projetos e investimentos no decorrer do período, a gama de pesquisa desenvolvida, direcionada às mais

diversas áreas de atuação e o desenvolvimento presente nesta explanação, visto que todo escopo analisado retorna de maneira positiva para a instituição.

5. CONCLUSÃO

A atual conjuntura global envolta em um cenário de acentuadas mudanças econômicas, sociais e ambientais exige movimentos acelerados rumo à ampliação do conhecimento. O desenvolvimento da pesquisa procura conciliar necessidades, anseios e interesses diferenciados em prol de soluções que beneficiem todos os segmentos e que as universidades incorporem às suas especificidades, qualificações e sujeitos, em um contexto voltado a valorização e ampliação do conhecimento.

Neste artigo apresentou uma avaliação dos projetos de pesquisa apoiados pelas FAs no interior da UFSC durante o período de 2010 a 2014, demonstrando as áreas de produção de conhecimento realizada na instituição que contaram com o financiamento de órgãos públicos e privados. Nesta perspectiva buscou-se tecer um panorama da evolução, abrangência e multidisciplinaridade que envolve estes projetos, tomando como base para avaliação algumas premissas estabelecidas pelo SINAES.

Os dados disponibilizados nos sítios eletrônicos destas fundações demonstraram o panorama da pesquisa desenvolvida na UFSC com o intermédio destas parcerias. Com base nos dados pesquisados, observou-se que as parcerias com o setor privado estão ocupando espaços cada vez maiores no interior das universidades, contribuindo para a progressão do desenvolvimento da pesquisa científica, contudo os investimentos de natureza pública ainda são predominantes.

Esses investimentos são provenientes de grandes investidores e estão direcionados para áreas como a saúde e educação, as quais sofrem pela defasagem orçamentária proveniente do Estado, em países como o Brasil, de formação histórica recente, onde uma economia emergente coexiste com inúmeras desigualdades sociais. As pesquisas voltadas para estas áreas têm especial importância, possibilitando que parte da inteligência e do conhecimento acumulados nas universidades se volte para o atendimento das necessidades da população.

A predominância de investimentos públicos não surpreende pela constituição histórica das universidades públicas brasileiras, onde as parcerias com o setor privado são recentes. Mesmo apresentando valores expressivos, os valores das parcerias público/privadas ainda são baixos se comparados com os investimentos de natureza pública. Cabe, portanto, fortalecer os canais de interação com a iniciativa privada para a captação de maiores volumes financeiros e o desenvolvimento de novos projetos por meio destas parcerias, respeitando, é claro, os limites de atuação de cada esfera.

Analisando o contexto geral, os valores demonstrados pelas parcerias evidenciam que a captação de recursos pelas FAs é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa na UFSC, uma vez que elas estabelecem uma espécie de ponte entre a universidade e seus parceiros externos. A valorização de cada parceria e de cada ente financiador é importante para a evolução da pesquisa e o aumento do volume de recursos à disposição da UFSC para o desenvolvimento de seus projetos e conseqüentemente, para a apresentação de soluções e resultados para a sociedade.

Por fim, como não se pretende encerrar a discussão deste tema nesta abordagem, seguem sugestões de ampliação do enfoque deste artigo, com estudos acerca da estrutura das pesquisas desenvolvidas na UFSC, a mão-de-obra utilizada, o prazo de desenvolvimento, a sua colaboração frente ao orçamento da instituição, quais os setores mais atuantes no

desenvolvimento social e ainda, a verificação dos resultados obtidos em relação aos objetivos estabelecidos no âmbito dos projetos de cada área, o que possibilitaria uma avaliação mais profunda do assunto e também uma análise mais aprofundada de dados de acordo com as premissas do SINAES.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paola. **A interação UFSC e PETROBRÁS para o desenvolvimento inovativo sob a óptica institucionalista evolucionária.** Tese de doutorado. orientador Silvio Antônio Ferraz Cário, co-orientador Pedro Antonio de Melo. Programa de Pós-graduação em Administração. UFSC, Florianópolis, 2016. 509 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169206/342287.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 25 out. 2016.

AZEVEDO, Paola. CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. MELO, Pedro Antônio de. **Cooperação universidade-empresa sob enfoque institucionalista-evolucionário: entraves e mecanismos facilitadores do processo nas universidades públicas de Santa Catarina.** XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade Florianópolis – Santa Catarina – Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131986/2014-296.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8958.htm Acesso em: 30 set. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 30 set. 2016.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em 29 set. 2016.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995 - 2009): do provão ao SINAES.** Revista avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf> Acesso em: 03 out. 2016.

FAPEU. **Transparência, projetos em execução.** Disponível em: <https://fap6.fapeu.org.br/scripts/fapeusite.pl/swfwfap151xx> Acesso em: 2 jul. 2016.

FAPESC. **Código de Boas Práticas Científicas.** Disponível em: http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf Acesso em: 29 out. 2016.

FEESC. **Gestão de projeto, projetos em execução.** Disponível em: <http://www.feesc.org.br/site/?pg=projetos-em-execucao> Acesso em: 2 jul. 2016.

FEPESE. **Projetos**. Disponível em: <http://novosite.fepese.org.br/?page_id=2698> Acesso em: 1 jul. 2016.

FUNJAB. **Projetos**. Disponível em: <http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=2273> Acesso em: 1 jul. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 7 tiragens. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVEIA, Andréia Barbosa. SILVA, Antonia Almeida. SILVEIRA, Adriana A. Dragone. JACOMINI, Márcia Aparecida. BRAZ, Terezinha Pereira. **Trajetória da avaliação superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004)**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 31, jan. /jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1224/1224.pdf>> Acesso em: 03 out. 2016.

GUIMARÃES, E. A. **Políticas de inovação: financiamento e incentivos**. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo04_27.pdf> Acesso em: 26 out. 2016.

GUSSO, Dinonzir. **A formação de agentes de inovação no Brasil: oportunidades e riscos em políticas públicas**. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo13_27.pdf> Acesso em: 28 out. 2016.

JANKEVICIUS, José Vitor. **A pesquisa científica e as funções da Universidade**. Semina: v.16, n. 2, p.328-330, jun.1995. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminario/article/view/7056/6254>> Acesso em: 21 jun.2017.

KERR, Clark. **Os usos da universidade: universidade em questão**. 3. ed. Brasília, Editora UNB, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Desenvolvimento sustentável para o Antropoceno**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Pesquisa universitária e inovação no Brasil**. In: Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

SILVA, Carla Cerdote da; MACHADO, Antonio Marcos; RITTER FILHO, José Alvício; PEREIRA, Larissa Espíndola Machado; SIMON, Lilian Wrzesinski; RAMOS, Alexandre Moraes. **Análise dos projetos de ensino, pesquisa e extensão firmados pela UFSC com suas fundações de apoio no ano de 2015**. XVI Colóquio Internacional em Gestão Universitária. Arequipa, nov. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171153/OK%20-%20101_00428%20OK.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 26 nov. 2016.

SINAES. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira, INEP, Brasília, 2004. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf> Acesso em: 03 out. 2016.

_____. **Pró-reitoria de pesquisa - PROPESQ.** Site eletrônico. Disponível em: <<http://propesq.ufsc.br/home/>> Acesso em: 05 out. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 13/CUn/2011, de 27 de setembro de 2011.** Dispõe sobre as normas que regulamentam as relações entre a Universidade Federal de Santa Catarina e as suas Fundações de Apoio. Disponível em: <<http://dit.ufsc.br/files/2009/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-13.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 47/CUn/2014, de 16 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre a atividade de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina Disponível em: <http://propesq.ufsc.br/files/2013/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Normativa_47-2.pdf> Acesso em: 24 ago. 2016.

VEGA, Roberto Ismael. **La Gestión de Lá Universidad:** Planificación, estructuración e control. 1o. ed. Buenos Aires: Biblos, 2009.

VIEIRA, Regina Lucia Bastos; FREITAS, Kátia Siqueira de. **O SINAES na universidade pública estadual:** análise do processo de construção da avaliação interna na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 443-464, jul. /set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n68/03.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. Ed. São Paulo (SP): Atlas, 2013.